

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

LAUDO TÉCNICO SITUACIONAL DA COMUNIDADE VIDA NOVA

(BAIRRO RESTINGA, PORTO ALEGRE - RS)

PORTO ALEGRE
2019

Prof. Dr. Maurício Polidoro

Prof. Dr. Felipe Geremia Nievinski

Prof. Dr. Daniel Canavese de Oliveira

LAUDO TÉCNICO SITUACIONAL DA COMUNIDADE VIDA NOVA

(BAIRRO RESTINGA, PORTO ALEGRE - RS)

Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

I59I Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Laudo técnico situacional da comunidade Vida Nova: bairro Restinga, Porto Alegre/ Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; coordenadores do projeto: Maurício Polidoro, Felipe Geremia Nievinski, Daniel Canavese de Oliveira. - Porto Alegre: UFRGS, 2019.
49 p. : il.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-9489-222-5

1. Análise de vulnerabilidade. 2. Políticas públicas: Porto Alegre. 3. Desenvolvimento urbano. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul III. Polidoro, Maurício. IV. Nievinski, Felipe Geremia. V. Oliveira, Daniel Canavese.

CATALOGAÇÃO NA FONTE: AMANDA DE ABREU GULARTE CRB10/2500

Equipe Técnica

Prof. Dr. Maurício Polidoro
Geógrafo, Doutor em Geografia
Instituto Federal do Rio Grande do Sul, IFRS, Porto Alegre
mauricio.polidoro@restinga.ifrs.edu.br
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9713119960141699>

Prof. Dr. Felipe Geremia Nievinski
Engenheiro Cartógrafo, Doutor em Engenharia Aeroespacial
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre
felipe.nievinski@ufrgs.br
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8920245600831468>

Prof. Dr. Daniel Canavese de Oliveira
Sanitarista, Doutor em Ciências da Saúde
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre
daniel.canavese@ufrgs.br
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1751907817242439>

Acad. Eduardo Cidade Carniello
Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS, Porto Alegre
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3033155409718625>

Acad. Maria Eduarda Ribeiro da Silva
Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS, Porto Alegre
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6064345089101836>

Acad. Mariana Giordani dos Santos
Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS, Porto Alegre
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4161093600359140>

Acad. Luísa de Quadros Morador
Engenharia Cartográfica
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3334586565871248>

Acad. Jeniffer Kunzler Rohmann
Engenharia Cartográfica
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2509090342092405>

Acad. Eunice Teresinha Gomes Cunha
Saúde Coletiva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5679950035513183>

Acad. Luciana Márcia Machado

Saúde Coletiva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1565794927823444>

Acad. Daiani Dutra

Saúde Coletiva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2739526818531080>

Acad. Júlia Evaldt da Cunha

Guia de Turismo

Instituto Federal do Rio Grande do Sul, IFRS, Porto Alegre

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1565794927823444>

Sumário

1. Introdução	06
2. Procedimentos metodológicos	09
3. Caracterização da área “Vida Nova”	12
3.1 Dimensão Territorial	12
3.2 Dimensão Cartorial	15
3.3 Dimensão dos Residentes e Responsáveis	22
3.3.1 Análise da Situação dos Residentes e Responsáveis	27
3.4 Dimensão dos Domicílios	31
4. “Vida Nova” precariedade e violação de direitos	37
5. Recomendações técnicas para redução das vulnerabilidades e das violações de direitos na Comunidade Vida Nova	45
4. Inquérito fotográfico	49
4.1 Fachadas	49
4.2 Entornos	50

1. Introdução

Este documento visa apresentar as condições de ocupação da Comunidade Vida Nova localizada no bairro Restinga, no extremo sul de Porto Alegre (RS). É resultado de esforços interinstitucionais para a construção de uma leitura técnica multidisciplinar sobre as condições territoriais e de vida da população que atualmente reside, de forma irregular, em terreno pertencente ao Município de Porto Alegre.

O laudo foi organizado por docentes, pesquisadores e estudantes de diferentes instituições de ensino, pesquisa e extensão de Porto Alegre, a saber: Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). A equipe, formada por pessoas com diferentes formações acadêmicas, se dedicou nos últimos nove meses (de março a novembro de 2019) a realizar uma série de estudos científicos em campo, na referida comunidade.

A ação foi coordenada pelo IFRS por meio do registro de uma ação do tipo extensão, caracterizada como prestação de serviços. De acordo com o sítio eletrônico do IFRS, a prestação de serviços:

[...] é um modelo regulamentado que permite ofertar serviços e soluções para as demandas da comunidade externa, utilizando abordagens pedagógicas e científicas na produção e transferência de conhecimentos e tecnologias, respeitando a vocação educacional, científica e extensionista de cada unidade do IFRS, alinhadas e vinculadas às necessidades do processo de ensino, de pesquisa e de extensão. A Prestação Institucional de Serviços no âmbito do IFRS é operacionalizada pela Pró-

Reitoria de Extensão em conjunto com os Departamentos de Extensão de nossos *campi*¹.

São objetivos da prestação de serviços:

- **atender as demandas da sociedade, observadas as áreas de atuação das unidades da Instituição e em assuntos de especialidade dos seus servidores;**
- prestar serviços especializados à sociedade, estabelecendo, com esta, uma relação de reciprocidade;
- promover o desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais, locais e regionais;
- difundir os resultados e saberes resultantes da criação cultural e das pesquisas científicas e tecnológicas geradas na instituição; e,
- **promover o fortalecimento da extensão tecnológica e a difusão de tecnologias para a inclusão produtiva e social. (grifo nosso)**¹.

Neste sentido se procedeu, a partir de demanda trazida ao IFRS pela cooperativa da Comunidade Vida Nova a articulação com a rede de instituições com conhecimento técnico pertinente a atividade para a composição de um grupo de trabalho cuja finalidade foi de desenvolver o presente laudo, a ser utilizado como referência no processo de tomada de decisões no tocante a situação fundiária da comunidade mas, não menos importante, as condições de vulnerabilidade extrema identificadas na ocupação em tela.

A ação de extensão foi registrada no Sistema Eletrônico de Informação e Gestão de Projetos com o protocolo número 337892.1811.166339.05082019 e está disponível para consulta no sítio eletrônico <<http://sigproj.ufrj.br/>>. Compõem a equipe desta proposta docentes e estudantes dos cursos de Saúde Coletiva e Engenharia Cartográfica da UFRGS, estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-RS e do curso de Guia de Turismo do IFRS.

¹ IFRS – Prestação de serviços – Apresentação. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/extensao/prestacao-institucional-de-servicos/apresentacao/>>.

Por fim espera-se que além de balizar o procedimento de garantia de direitos à população residente na Comunidade Vida Nova, no bairro Restinga, em Porto Alegre, também possa atender aos princípios das instituições de ensino envolvidas e qualificar técnico-cientificamente o corpo discente ao mesmo tempo que promove uma formação voltada para a cidadania e justiça social.

2. Procedimentos metodológicos

A realização envolveu duas etapas metodológicas complementares e interdependentes: levantamento de dados sobre as condições de moradia e de vida da população e o levantamento de dados sobre a condição cartorial dos imóveis (agrimensura legal).

No tocante a aplicação do instrumento de levantamento das condições de moradia e vida da população que atualmente reside na Comunidade Vida Nova foi desenvolvido um instrumento na plataforma Epicollect5 do Centro de Vigilância de Patógenos Genômicos da Universidade de Oxford. Segundo o Guia de Usuário do Epicollect5, este é um aplicativo móvel e web para coleta de dados gratuita e fácil e fornece aplicativos web e móveis para a geração de formulários (questionários) e sites de projetos hospedados gratuitamente para coleta de dados. Os dados são coletados (incluindo posição GPS e fotos) usando vários dispositivos e todos os dados podem ser visualizados em um servidor central (via mapa, tabelas e gráficos)².

O instrumento, aplicado de 24 de agosto a 16 de novembro de 2019, foi planejado para diagnosticar as dimensões (i) espaço-territoriais; (ii) socio-demográficas; (iii) econômicas e de (iv) saúde da população residente. Com 70 questões, foi aplicado utilizando tecnologia de georreferenciamento, ou seja, cada unidade habitacional possui uma banco de dados vinculada as referidas dimensões em cada residência, com exceção daqueles domicílios que não

² Epicollect 5 – Guia do Usuário (em inglês) – Disponível em: <<https://epicollect5.gitbooks.io/epicollect5-user-guide/content/>>.

tiveram respondente. Nesta situação, apenas as coordenadas geográficas (latitude e longitude), fotografia frontal, nome do logradouro, número do logradouro e observações adicionais forem preenchidos. O banco de dados pertence à ação de extensão e à Cooperativa Vida Nova. A figura 1 apresenta uma visão geral do sistema Epicollect5.

The screenshot shows the Epicollect5 interface for a survey titled 'Vida Nova Survey 2019'. The interface includes a header with navigation options (Download, Table, Map, Exit) and a filter bar. Below the filter bar is a table with the following columns: View, Delete, Edit, Title, Created At, and several data columns. The table contains 10 rows of survey data.

View	Delete	Edit	Title	Created At	Tire uma fotografia frontal do d...	Insira uma referência de logra...	Insira uma referência numéric...	O domicilio possui pessoa ade...	CPF do(a) responsáve
			Rafael de Souza Mac...	16th Nov, 2019		Rua a	20	Sim (inicia a entrevista)	1033119040
			marlene rosane da sil...	16th Nov, 2019		rua a	23	Sim (inicia a entrevista)	47684666053
			Lubia Regina Santos ...	16th Nov, 2019		Rua a		Sim (inicia a entrevista)	92907180053
			antonieta do Prado da...	16th Nov, 2019		rua a	24	Sim (inicia a entrevista)	95098852072
			Ana Paula Pereira Mir...	16th Nov, 2019		Rua A	24	Sim (inicia a entrevista)	8056466801
			Ana Rita Martins Mor...	16th Nov, 2019		Rua A	26	Sim (inicia a entrevista)	50876694091
			samlis cigal wazlavick	16th Nov, 2019		rua nova sem nome ainda ao l...	1	Sim (inicia a entrevista)	86358665015
			Paola Ribeiro Rosa	16th Nov, 2019		Rua A	25	Sim (inicia a entrevista)	86860518049
			debora heloisa	16th Nov, 2019		travessa a		Sim (inicia a entrevista)	79097038049

Figura 1 - Visão geral do Epicollect5.

Fonte: Universidade de Oxford & Autores (2019)

A outra etapa, de agrimensura legal, foi desenvolvida no âmbito de finalização do curso de Engenharia Cartográfica das discentes mencionadas inicialmente neste laudo. Neste sentido, todas as informações referentes a esta etapa do estudo foram extraídas de trabalho de conclusão de curso, ainda no prelo³, com permissão das autoras para o uso integral ou parcial da produção científica. No tocante a metodologia desta etapa, segundo Rohmann & Morador (2019, no prelo), primeiramente:

³ J. K. Rohmann e L. Q. Morador (2019), "Agrimensura legal da Ocupação Vida Nova (bairro Restinga, Porto Alegre - RS) em apoio à regularização fundiária urbana", Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Engenharia Cartográfica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (no prelo).

[...] foi feita uma pesquisa cartorial para identificar as matrículas dos imóveis pertinentes. A região em questão é atendida pelo Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Zona de Porto Alegre. Foi utilizado o serviço online da Central de Registro de Imóveis⁴, oferecido pelo Instituto de Registro Imobiliário do Rio Grande do Sul. A Figura 1 resume o histórico das matrículas discutidas [...] Após ter levantado o histórico das matrículas na região, procedemos à espacialização das mesmas [...] Os limites foram desenhados com base na descrição das faces nas matrículas. Foram usadas também a malha viária da região, em especial a Estrada do Rincão e a Av. João Antônio da Silveira, com base nos eixos de logradouros, obtidos do Observatório da Cidade de Porto Alegre (desenvolvido pela Procempa/PMPA). Foram sobrepostos também os limites dos lotes do Parque Industrial da Restinga, obtidos da PMPA através de requisição via Lei de Acesso à Informação.

Além dos procedimentos supramencionados, buscamos na base de dados abertos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre⁵ os arquivos vetoriais (*shapefiles*) das áreas de preservação permanente para subsidiar as recomendações do documento.

⁴ CRI – RS – Centro de Registro de Imóveis. Disponível em: <www.cri-rs.com.br>

⁵ Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Mapas Digitais Oficiais - Secretaria do Meio Ambiente e da Sustentabilidade. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=310>.

3. Caracterização da área “Vida Nova”

3.1 Dimensão Territorial

A área compreendida hoje como Parque Industrial da Restinga e a área limítrofe, pertencente desde 12 de janeiro de 1994 à AVIPAL S/A (Aviário Portoalegrense)⁶ não possuía qualquer ocupação, com exceção das obras de terraplanagem do Instituto Federal do Rio Grande do Sul e Hospital da Restinga e Extremo Sul em 14 de setembro de 2016, segundo o repositório de imagens disponibilizadas pela *Environmental Systems Research Institute* (ESRI) no banco *WorldImagery*⁷. Em menos de um mês as áreas pertencentes ao Município de Porto Alegre e a AVIPAL S/A foram ocupadas segundo registro das imagens de 12 de outubro de 2016.

Na última imagem de satélite disponível, de outubro de 2019, do satélite Sentinel-2, também disponibilizado pela ESRI, é possível observar, apesar da qualidade inferior, a consolidação da ocupação do entorno, notadamente o condomínio horizontal Residencial Winter Park, subsidiado pelo programa do governo federal Minha Casa, Minha Vida. De acordo com o sítio eletrônico do

⁶ De acordo com a Enciclopédia Wikipedia a AVIPAL S/A é uma agroindústria que atua nos segmentos de lácteos, carnes (aves e suínos) e grãos, por meio das suas divisões Elegê, Avipal e Granóleo. Foi fundada em Porto Alegre em 1959. Inicialmente atuava somente nos segmentos de carne e grãos. Começou seu processo de expansão com a compra da Granóleo, em 1976. Abriu seu capital na Bolsa de Valores de São Paulo em 1985 e, em 1996, adquiriu a Laticínios CCGL S.A. Tem faturamento superior a 1,5 bilhão de reais por ano, cerca de oito mil funcionários e 89 unidades industriais e comerciais espalhadas pelo Brasil. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Avipal>>

⁷ ESRI – WorldImagery – WayBack. Disponível em:

<<https://livingatlas.arcgis.com/wayback/?ext=-51.13529,-30.14287,-51.12360,-30.13639>>

condomínio⁸ as parcelas mensais são de até R\$ 700,00 para pessoas com renda de R\$ 1.400,00 a R\$ 9.000,00 mensais.



Figura 2 - Imagem de satélite da área da ocupação "Vida Nova" em setembro de 2014

Fonte: ESRI



Figura 3 - Imagem de satélite da área da ocupação "Vida Nova" em outubro de 2016

Fonte: ESRI

⁸ Condomínio Residencial Winter Park. Disponível em: <<https://www.eliowinter.com.br/residencial-winter-park/>>.



Figura 4 - Imagem de satélite da área da ocupação "Vida Nova" e entorno em outubro de 2019

Fonte: ESRI (Satélite Sentinel2)

3.2 Dimensão Cartorial⁹

Para a caracterização territorial da área se iniciou uma busca pelo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do IFRS, com o qual foi localizada a matrícula 189.767 de 22/09/2016. Ela decorre de rememoração de 17 matrículas, numeradas de 78.674 até 78.690. Tais matrículas (Figura 4) correspondem a frações do Loteamento Industrial da Restinga, também conhecido como Parque Industrial da Restinga (PIR), conforme registros na matrícula 76.228 (com 88,13 ha de área):

- 07/04/1995: criação do Loteamento Industrial da Restinga, com cerca de 250 novas matrículas, numeradas de 78.595 a 78.842, requerida pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA, então Município de Porto Alegre), constituído de dezesseis quadras, subdivididas em lotes e mais ruas, praças, área destinada a escola bem como parques e recuos viários;
- 30/05/1994: transferência do imóvel, entre Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) e PMPA;
- 12/01/1994: permuta de imóvel, no valor de Cr\$ 9.969.168,00, entre Avipal S/A e DEMHAB;
- 12/01/1994: desmembramento a partir do imóvel com matrícula 7.841, também de propriedade de Avipal S/A, decorrente de mandado judicial.

⁹A partir de J. K. Rohmann e L. Q. Morador (2019), “Agrimensura legal da Ocupação Vida Nova (bairro Restinga, Porto Alegre - RS) em apoio à regularização fundiária urbana”, Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Engenharia Cartográfica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (no prelo).

Buscando a referida matrícula 7.841, encontramos os seguintes registros:

- 12/01/1994: desmembramento de dois imóveis, com matrículas 76.228 e 76.229;
- inúmeras hipotecas, financiamentos e quitações;
- 1 6/06/1978: registro inicial, tendo 199 ha de área, com matrícula anterior 33.254.

Em seguida, uma maior atenção na matrícula 76.229, de imóvel lindeiro ao PIR em seu último registro, de 13/03/2006, indica o encerramento daquela matrícula, em virtude de desmembramento nas matrículas 127.051 e 127.052. A matrícula 127.051, de propriedade da AVIPAL S/A, tem apenas registro datado de 12/03/2006, de ônus-hipoteca tendo a PMPA como credora, com prazo de 60 meses. Como o prazo da hipoteca expirou em 12/03/2011 sem registro de cancelamento da mesma, conclui-se que o imóvel permanece sujeito àquele gravame hipotecário.

Já a matrícula 127.052, também de propriedade da AVIPAL S/A, tem registro datado de 24/07/2006 com a criação do Loteamento Residencial Parque do Rincão (LRPR), integrado por 1.137 lotes (com matrículas numeradas de 127.802 a 128.938), sendo 3 deles com destinação pública (posto de saúde, escola e parque). Investigando a matrícula do primeiro lote (127.802), encontramos várias alterações de razão social do proprietário (Eleva Alimentos, Perdigão, Brasil *Foods*, BRF). Mais importante, em 02/04/2014 há um registro

de compra e venda, tendo como adquirente a Winter Park Construções Ltda., que de fato atualmente comercializa casas no local (Figura 4).

Em visita ao local e em conversa com a comunidade, foi confirmada que a Ocupação Vida Nova tem a intenção de ficar contida na região de do Parque Industrial da Restinga, sendo a ocupação adjacente independente. Assim, focamos na matrícula 76.228/1994 e decorrentes. Com base em imagens de satélite bem como no projeto urbanístico do PIR (Figura 7), foram identificadas as regiões listadas na Tabela 1. Os valores de área foram obtidos diretamente no referido projeto urbanístico, apesar de certa dificuldade devido à baixa resolução da imagem. Nota-se que a quadra F, não incluída, deu origem à matrícula 189.767, de propriedade do IFRS. Somando a extensão dos 83 lotes com destinação privada, encontramos o valor de 19,28 ha. Já para os lotes com destinação pública (sem considerar as vias públicas), a área obtida foi de 09,42 ha.

Tabela 1 - Regiões do Parque Industrial da Restinga utilizadas pela Ocupação Vida Nova.

Destinação	Região	Nº Lotes	Matrículas	Extensão (m²)
Privada	Quadra A	01	78.595	07.091,60
	Quadra B	18	78.596 a 78.613	38.241,70
	Quadra C	22	78.614 a 78.635	50.504,05
	Quadra D	31	78.636 a 78.666	71.347,25
	Quadra E	07	78.667 a 78.673	16.504,25
	Quadra Q	04	78.828 a 78.831	09.138,29
Pública	Escola	01	78.832	07.422,55
	Parque 7127	01	78.833	24.239,83
	Parque 7128	01	78.834	38.675,51
	Parque 7129	01	78.835	22.425,09
	Recuo Viário III	01	18.841	01.395,68

Fonte: Rohmann & Morador (2019)⁷

Cabe ressaltar que o valor definitivo da área poderia ser obtido tendo acesso ao texto de todas as matrículas envolvidas. Entretanto, o cartório cobra cerca de R\$ 18 para visualizar cada matrícula, o que implicaria em um custo de cerca de mil e quinhentos reais para as mais de oitenta matrículas envolvidas.

Para verificação do cálculo da extensão, o refizemos de forma independente com recursos de software específico (Sistema de Informação Geográfica – SIG). Foi empregada a projeção Universal Transversa de Mercator (UTM), desprezando o seu fator de escala (distorção menor que 400 partes por milhão)¹⁰. Inicialmente foi calculada a área do PIR inteiro, resultando em 87,95 ha; esse valor é bem próximo da área de 88,13 ha, declarada na matrícula 76.228, apontando erro de apenas 0,2%. Segundamente, calculamos a extensão da região total da Ocupação Vida Nova, obtendo o valor de 35,16 ha. Em terceiro lugar, calculamos a extensão apenas dos lotes com destinação privada (21,08 ha), o que tem boa aproximação com o valor projetado obtido anteriormente (19,28 ha). O valor restante (05,74 ha) se refere ao sistema viário (não matriculado). A Tabela 2 discrimina as referidas áreas.

Tabela 2: Cálculos das áreas correspondentes no Sistema de Informação Geográfica

Área	Extensão (hectares)
Parque Industrial Restinga	87,95
Ocupação Vida Nova	35,16
Lotes com destinação privada	21,08
Lotes com destinação pública	09,25
Vias públicas	05,74

Fonte: Rohmann & Morador (2019)⁷

¹⁰ Transformador GEODETIC UTM. Disponível em: <https://www.ngs.noaa.gov/cgi-bin/utm_getut.prl>

Em visita posterior ao local, foi detectado edificação da PMPA, presumidamente de centro de triagem de material reciclável¹¹. Está localizado sobre os lotes 05 e 06 da quadra D, correspondendo às matrículas 78.640 e 78.641. Consultando a primeira matrícula, verificamos que ele permanece de propriedade da PMPA e tem área declarada de 2.015,73 m² o que equivale a 0,20 ha. Multiplicando por dois lotes, resulta em 0,40 ha a ser descontado da área dos lotes com destinação privada. Portanto, a extensão da área final a ser negociada é estimada em 20,68 ha.

O imóvel que deu origem ao Loteamento Industrial da Restinga tem matrícula 76.228 e sofreu permuta entre Avipal S/A e DEMHAB, em 12/01/1994, pelo valor de Cr\$ 9.969.168,00 (cerca de dez milhões de cruzeiros). Atualizamos este valor para o ano 2019 através da calculadora do Banco Central do Brasil (ver Figura 5)¹². Dessa forma, obtivemos o valor de R\$ 5.938.558,12 (aproximadamente seis milhões de reais) para os 88,13 ha do imóvel 76.228. Dividindo os dois números, isso equivale a cerca de sessenta e sete mil reais por hectare (R\$ 67.384,07/ha).

Finalmente, multiplicando este último valor pela área dos lotes com destinação privada da Ocupação Vida Nova (19,28 ha), obtém-se o montante de R\$ 1.299.164,88 (cerca de um milhão e trezentos mil reais) a ser negociado entre PMPA e a Cooperativa Vida Nova, desconsiderando as condições de vulnerabilidade das pessoas residentes.

¹¹ Unidade de Triagem da Restinga irá gerar emprego a 80 famílias – Portal PMPA – Disponível em:

<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p_noticia=178207>

¹² Banco Central do Brasil – Correção de Valores – Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores#>>


10/11/2019	BCB - Calculadora do cidadão		Acesso público
 BANCO CENTRAL DO BRASIL	Calculadora do cidadão		11/10/2019 - 14:14
Início -> Calculadora do cidadão -> Correção de valores			[CALFW0302]
Resultado da Correção pelo IGP-DI (FGV)			
Dados básicos da correção pelo IGP-DI (FGV)			
Dados informados			
Data inicial			06/1979
Data final			06/2019
Valor nominal	Cr\$	9.969.168,00	(CRUZEIRO)
Dados calculados			
Índice de correção no período		1.638.154.239.906,06739400	
Valor percentual correspondente		163.815.423.990.506,739400 %	
Valor corrigido na data final	R\$	5.938.558,12	(REAL)

Figura 5 - Resultado da atualização monetária junto ao Banco Central do Brasil

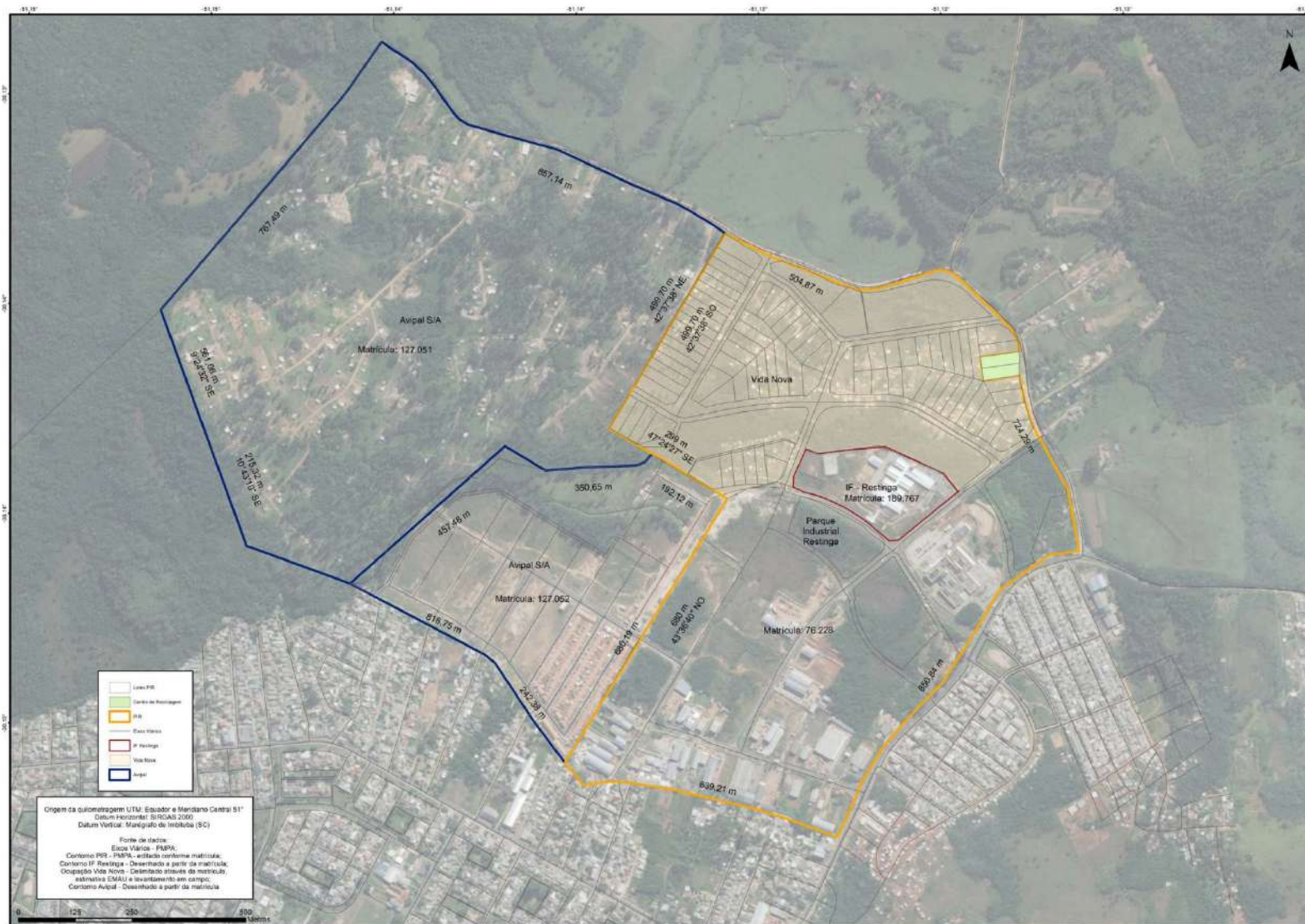


Figura 6 - Mapa das matrículas

3.3 Dimensão dos Residentes e Responsáveis

Na Comunidade Vida Nova, entre as respondentes da pesquisa, existe a predominância de 53,7% (n=80) de mulheres jovens que são responsáveis pelo domicílio, valor próximo a média do bairro Restinga, segundo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2010¹³.

Tabela 3 - Sexo do(a) responsável pelo domicílio na Comunidade Vida Nova, Porto Alegre, 2019.

Sexo	N	%
Feminino	80	53,7
Masculino	69	46,3
Total	149	100,0

Fonte: Autores (2019)

No tocante a raça/cor autodeclarada há predominância de negros(as) com 52,3% (n=78) seguido de pessoas brancas com 44,3% (n=66).

Tabela 4 – Raça/cor do(a) responsável pelo domicílio na Comunidade Vida Nova, Porto Alegre, 2019.

Raça/cor	N	%
Branco	66	44,3
Pardo	37	24,8
Preto	41	27,5
Amarelo	1	0,7
Indígena	1	0,7
Não sabia ou não respondeu	3	2,0
Total	149	100,0

Fonte: Autores (2019)

Pessoas adultas são predominantes na Comunidade Vida Nova totalizando 66,7% (n=100) no grupo etário de 30 a 59 anos. Entretanto vale ressaltar que a porcentagem cumulativa atinge 58,6% na faixa dos 30 anos de idade, evidenciando a vulnerabilidade de pessoas em situação economicamente

¹³ SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1161#resultado>>.

ativa e em um período da vida propício para a qualificação, a inserção no mundo do trabalho e a consequente melhoria dos aspectos civilizatórios da sociedade.

Tabela 5 – Faixa etária do(a) responsável pelo domicílio na Comunidade Vida Nova, Porto Alegre, 2019.

Faixa etária	N	%
de 18 a 29 anos	39	26,7
de 30 a 59 anos	100	66,7
60 anos ou mais	10	6,7
Total	149	100,0

Fonte: Autores (2019)

Torna mais alarmante ainda a situação de vulnerabilidade das pessoas que são responsáveis pelos domicílios na Comunidade Vida Nova, com impacto direto aos conviventes, a situação da escolaridade onde 65,1% (n=97) possuem o ensino fundamental incompleto ou apenas o ensino fundamental completo.

Tabela 6 - Escolaridade do(a) responsável pelo domicílio na Comunidade Vida Nova, Porto Alegre, 2019.

Escolaridade	N	%
Fundamental Completo	31	20,8
Fundamental Incompleto	66	44,3
Médio Completo	22	14,8
Médio Incompleto	24	16,1
Superior completo	1	0,7
Superior incompleto	2	1,3
Sem escolaridade	3	2,0
Total	149	100,0

Fonte: Autores (2019)

Reflexo desse panorama é o alto percentual de desempregados compondo 40,9% (n=61) dos(as) respondentes e ainda aqueles(as) que trabalham por conta própria com 13,4% (n=20).

Tabela 7 – Situação do trabalho do(a) responsável pelo domicílio na Comunidade Vida Nova, Porto Alegre, 2019.

Situação do trabalho	N	%
Aposentado(a) ou Pensionista	12	8,1

Desempregado(a)	61	40,9
Empregado(a) com carteira de trabalho	32	21,5
Empregado(a) sem carteira de trabalho	19	12,8
Empregador	2	1,3
Trabalho por conta própria	20	13,4
Não sabia ou não respondeu	3	2,0
Total	149	100,0

Fonte: Autores (2019)

Tabela 8 – Nível de instrução do(a) responsável pelo domicílio na Comunidade Vida Nova, Porto Alegre, 2019.

Nível de instrução	N	%
Sabe ler e escrever	143	96,0
Sabe apenas ler	1	0,7
Não sabe ler e nem escrever	5	3,4
Total	149	100,0

Fonte: Autores (2019)

Na Comunidade Vida Nova identificou-se a presença significativa de pessoas que já viveram em situação de rua totalizando 14,1% (n=21) do total de respondentes.

Tabela 9 - Responsáveis pelo domicílio na comunidade Vida Nova que já estiveram em situação de rua, Porto Alegre, 2019.

Já esteve em situação de rua?	N	%
Sim	21	14,1
Não	128	85,9
Total	149	100,0

Fonte: Autores (2019)

Adiciona-se neste contexto os agravos existentes na população como a doença cardíaca, presente em 11,4% (n=17) dos(as) respondentes, diabetes em 9,4% (n=14), doença respiratória em 20,8% (n=31) e aqueles(as) que já fizeram ou fazem atualmente tratamento psiquiátrico com 19,5% (n=29).

Tabela 10 – Respondentes com ou sem doença cardíaca na Comunidade Vida Nova, Porto Alegre, 2019.

Tem doença cardíaca?	N	%
----------------------	---	---

Sim	17	11,4
Não	120	80,5
Não sabia ou não respondeu	12	8,1
Total	149	100,0

Fonte: Autores (2019)

Tabela 11 - Respondentes com ou sem diabetes na Comunidade Vida Nova, Porto Alegre, 2019.

Tem diabetes?	N	%
Sim	14	9,4
Não	123	82,6
Não sabia ou não respondeu	12	8,1
Total	149	100,0

Fonte: Autores (2019)

Tabela 12 - Respondentes com ou sem doença respiratória na Comunidade Vida Nova, Porto Alegre, 2019.

Tem doença respiratória?	N	%
Sim	31	20,8
Não	106	71,1
Não sabia ou não respondeu	12	8,1
Total	149	100,0

Fonte: Autores (2019)

Tabela 13 – Respondentes que fizeram ou fazem tratamento psiquiátrico na Comunidade Vida Nova, Porto Alegre, 2019.

Fez ou faz tratamento psiquiátrico?	N	%
Sim	29	19,5
Não	118	79,2
Não sabia ou não respondeu	2	1,3
Total	149	100,0

Fonte: Autores (2019)

Verificou-se, por fim, que 66,5% (n=99) dos(as) respondentes já enfrentaram problemas de acesso a serviços devido a falta de um comprovante de endereço.

Tabela 14 – Frequência que o respondente teve problemas em acessar serviços devido a exigência de comprovante de residência na Comunidade Vida Nova, Porto Alegre, 2019.

Já enfrentou problemas em acesso a serviços devido a exigência de comprovante de residência?	N	%
Sim, no mínimo duas vezes	35	23,5
Sim, mais de três vezes	64	43,0
Nunca	50	33,6
Total	149	100,0

Fonte: Autores (2019)

3.3.1 Análise da Situação dos Residentes e Responsáveis

A baixa escolaridade, incluindo o nível de instrução, e o acesso precário ao mundo do trabalho são variáveis dependentes¹⁴ e exigem respostas simultâneas para minimizar a vulnerabilidade daquela população.

As estatísticas de experiências em situação de rua demonstram que este movimento de ocupação de terra pública não se relaciona com práticas de grilagem e de especulação imobiliária, mas de busca de alternativas que aproxime as pessoas de uma ideia propagada de cidadania na sociedade capitalista. Trata-se de uma população invisível nas estatísticas vítimas constantes de processos brutais de expulsão. Em publicação recente, a socióloga Saskia Sassen¹⁵ anuncia que, desde os anos 2000 a sociedade global à

[...] medida que as condições se agravam, contribuem para uma terceira fase [da economia global] que está apenas começando, e que é **marcada pelas expulsões – de projetos de vida e de meios de sobrevivência, de um pertencimento à sociedade, e do contrato social** que está no centro da democracia liberal. (p. 39, **grifo nosso**)

Para a autora supramencionada, não se trata apenas de mais desigualdade e pobreza e sim de um processo, ainda não completamente possível de ser visualizado e reconhecível que, apesar de não ser algo enfrentado pela maioria *“implica uma generalização gradual de condições extremas que começam nas bordas dos sistemas, nos microambientes”* (p. 39).

Na realidade, o que se observa na dinâmica territorial, espacial e social na Vida Nova é uma reprodução do contínuo processo de exclusão do direito à cidade promovido, no mínimo, desde a década de 1960 pelo Estado em Porto

¹⁴ Segnini, L. R. P. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. São Paulo em Perspectiva. Volume 14, n.2, 2000.

¹⁵ Sassen, S. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. São Paulo: Paz e Terra. 336p. 2016.

Alegre, como indica a bibliografia sobre a violência legal e extralegal aplicada na construção do bairro Restinga¹⁶, de cunho extremamente racializado¹⁷.

Neste sentido, ao tomarmos o conceito de Saúde segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)¹⁸ como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade, pode-se observar que na Comunidade Vida Nova os ricos à saúde individual e coletiva são enormes, devido aos obstáculos de acesso ao trabalho, a escolaridade e a moradia digna, somadas ainda as condições dos agravos existentes em parcela dos residentes, das condições ambientais e de infraestrutura. Ao tomarmos como referência para a compreensão individual e coletiva dos determinantes sociais de saúde o modelo de Dahlgren & Whitehead¹⁹ na Comunidade Vida Nova fica evidente a violação de direitos existentes que deverá implicar, necessariamente, nas formas de viver e morrer desta população.

¹⁶ Gamalho, N. P. Malocas e Periferia: a produção do Bairro Restinga. Ateliê geográfico (UFG), v. 4, p. 122, 2010.

¹⁷ Polidoro, M.; Canavese, D. Porto Alegre's sociopolitical urbanism and neoliberal economic dynamics: Perspectives from a local community in the Afro-Brazilian periphery. Local Economy, v. 32, p. 727, 2017.

¹⁸ Organização Mundial da Saúde. Constituição da Organização Mundial da Saúde. Documentos básicos, suplemento da 45ª edição, outubro de 2006. Disponível em espanhol em: <http://www.who.int/governance/eb/who_constitution_sp.pdf>

¹⁹ Gunning-Schepers, L. J. Models: instruments for evidence based policy. Journal of Epidemiology and Community Health. Volume 53, n. 5, p. 263. 1999.



Figura 7 - Determinantes sociais: modelo de Dahlgren e Whitehead
 Fonte: Buss & Filho (2007)²⁰

Segundo Buss & Filho²⁰ sobre o modelo explicativo dos determinantes sociais de saúde (DSS):

[...] os indivíduos estão na base do modelo, com suas características individuais de idade, sexo e fatores genéticos que, evidentemente, exercem influência sobre seu potencial e suas condições de saúde. Na camada imediatamente externa aparecem o comportamento e os estilos de vida individuais. Esta camada está situada no limiar entre os fatores individuais e os DSS, já que os comportamentos, muitas vezes entendidos apenas como de responsabilidade individual, dependentes de opções feitas pelo livre arbítrio das pessoas, na realidade podem também ser considerados parte dos DSS, já que essas opções estão fortemente condicionadas por determinantes sociais - como informações, propaganda, pressão dos pares, possibilidades de acesso a alimentos saudáveis e espaços de lazer etc. (p. 83).

Já verificamos que com redes sociais e comunitárias fragmentadas, baixa escolaridade e dificuldade de acesso a serviços de educação com qualidade, o

²⁰ Buss, P. M.; Filho, A. P. A Saúde e seus determinantes sociais. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*. Volume 17, n.1, p. 77-93. 2007.

desemprego, a falta de acesso à água e ao esgoto, a baixa frequência de visitas de agentes comunitários de saúde no território e as condições de habitação precária, a Comunidade de Vida Nova não contempla aspectos essenciais do modelo dos DSS, acirrando a situação de vulnerabilidade extrema.

Além das inúmeras condições médicas detectadas na pesquisa, é importante mencionar que, ao longo da pesquisa, a demanda por serviço psicológico e psiquiátrico foi constantemente lembrada pelos(as) residentes da comunidade.

Em diversas situações ouvimos histórias do motivo do desemprego estar associado a exigência de documento comprobatório de residência para a contratação, e que muitos(as) não tiveram acesso ao documento inclusive por desconhecimento que a própria Cooperativa pudesse fornecer. Houveram ainda relatos de pessoas que já eram eliminadas de oportunidades de trabalho apenas por sinalizarem o local de moradia, com implicações notáveis para a autoestima e na perda de anseio para a busca de novas oportunidades. Em um domicílio com três crianças de até cinco anos idade um homem, companheiro de uma mulher em condições agudas de saúde mental, relatou que a falta do documento dificultou a fixação de sua esposa na rede de saúde, implicando em uma condição de aborto.

3.3 Dimensão dos Domicílios

Outra dimensão verificada foi aquela relacionada as características dos domicílios. Nesta, percebe-se a perpetuação da precariedade, acirrando um ambiente propício de vulnerabilidade social, econômica e de saúde da população residente na Comunidade Vida Nova.

Vasconcelos e Cândido Júnior (1996) propõe três formas de compreender características e uso dos domicílios: (i) **déficit por moradia conjunta**, correspondente a uma habitação ocupada por mais de uma família; (ii) **déficit por moradia precária**, correspondendo às moradias improvisadas e às casas de taipa não revestida ou de madeira aproveitada, casas cobertas de palha ou sapé, meros quartos ou cômodos, etc; (iii) **déficit por moradia deficiente**, que são as casas que não possuem canalização interna de água e de rede de esgoto²¹. No caso da Comunidade Vida Nova as três dimensões metodológicas discutidas pelos autores e incorporadas pelo IBGE são encontradas.

Em relação ao número de pessoas residentes por domicílios identifica-se a predominância de residência com até duas pessoas, embora a coabitação familiar seja numericamente relevante onde 27,5% (n=41) dos domicílios possuem mais que 5 pessoas residentes. A coabitação familiar é resultado de dificuldades financeiras das famílias de possuírem sua própria residência e, segundo estudos científicos da última década^{22,23,24,25} esta configuração acirra

²¹ Alves, J. E. D. As características dos domicílios brasileiros entre 1960 e 2000. Texto para discussão da Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 40p. 2004.

²² Horta, R. L.; Horta, B. L.; Pinheiro, R. T.; Krindges, M. Comportamentos violentos de adolescentes e coabitação parento-filial. Revista de Saúde Pública. Volume 44, número 6. 2010.

²³ Moraes, M. P.; Rêgo, P. A. Coabitação familiar e formação de novos domicílios nas áreas urbanas brasileiras. Boletim Regional, Urbano e Ambiental do IPEA. Volume 6. 2011.

²⁴ Wagner, A.; Ribeiro, L.; Arteché, A. X.; Bornholdt, E. A. Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescents. Psicologia: Reflexão e Crítica. Volume 12, número 1. 1999.

²⁵ Como garantir o direito à moradia digna? Região Metropolitana de Porto Alegre o déficit habitacional chega a 96 mil casas. ObservaSinós – Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio Sinós. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/observasinosis/metropole/moradia/deficit-habitacional->

as situações de violência, em especial contra crianças, adolescentes e mulheres, além de produzir efeitos psicológicos adversos que implicam, necessariamente, em prejuízos no desenvolvimento cognitivo-subjetivo dos sujeitos com impacto direto nas relações sociais. Isto explica parcialmente a situação de vulnerabilidade econômica no acesso ao trabalho de residentes da comunidade, adicionado o estigma espaço-territorial e racial.

Tabela 15 – Número de pessoas residentes no domicílio na Comunidade Vida Nova, Porto Alegre, 2019.

Pessoas residentes no domicílio	N	%
de 1 a 2	49	32,9
de 3 a 4	59	39,6
de 5 a 7	34	22,8
acima de 7	7	4,7
Total	149	100,0

Fonte: Autores (2019)

Além dos materiais majoritariamente improvisados que são utilizados nas construções, com predominância de madeira apropriada e aproveitada com nas paredes e piso, o número de cômodos e a alta densidade de ocupação conformam o cenário precário, já que 84,6% (n=126) dos domicílios possuem até 2 cômodos, incluindo o banheiro.

Tabela 16 – Número de cômodos dos domicílios na Comunidade Vida Nova Porto Alegre, 2019.

Número de cômodos	N	%
apenas 1	60	40,3
apenas 2	66	44,3
de 3 a 4	22	14,8
apenas 5	1	0,7
Total	149	100,0

Fonte: Autores (2019)

[chega-a-96-mil-casas-na-regiao-metropolitana-de-porto-alegre-como-garantir-o-direito-a-moradia-digna>](#)

Tabela 17 – Material predominante nas paredes externas dos domicílios na Comunidade Vida Nova, Porto Alegre, 2019.

Material predominante nas paredes externas	N	%
Alvenaria com revestimento	6	4,0
Alvenaria sem revestimento	36	24,2
Madeira apropriada para construção	41	27,5
Madeira aproveitada	66	44,3
Total	149	100,0

Fonte: Autores (2019)

Tabela 18 - Material predominante na cobertura (telhado) dos domicílios na Comunidade Vida Nova, Porto Alegre, 2019.

Material predominante na cobertura (telhado)	N	%
Telha	146	1,0
Madeira apropriada para construção	1	0,0
Madeira aproveitada	2	0,0
Total	149	1,0

Fonte: Autores (2019)

Tabela 19 - Material predominante no piso dos domicílios na Comunidade Vida Nova, Porto Alegre, 2019.

Material predominante no piso	N	%
Cerâmica, lajota ou pedra	29	19,5
Tacos ou táboa corrida	16	10,7
Carpete	1	0,7
Madeira aproveitada	74	49,7
Cimento	28	18,8
Terra	1	0,7
Total	149	100,0

Fonte: Autores (2019)

As formas de acesso à água potável e a forma de escoamento dos rejeitos domiciliares contribuem no cenário de violação de direitos fundamentais da população que reside na Comunidade Vida Nova. A forma de escoadouro sanitário predominante é a fossa rudimentar em 47% (n=70) dos casos e a fossa séptica com 34,9% (n=52). A vala, para residências próximas do curso de água, correspondeu a 16,1% (n=24) das unidades visitadas, representando um

impacto ambiental considerável. Além disso, é consenso na comunidade científica as implicações para a saúde^{26,27,28,29,30,31} de populações que não possuem acesso adequado ao saneamento básico, com impactos diretos no acesso ao mundo do trabalho³² e, por consequência, de uma vida melhor.

Tabela 20 – Forma de escoadouro sanitário dos domicílios na Comunidade Vida Nova, Porto Alegre, 2019.

Forma de escoadouro sanitário	N	%
Fossa rudimentar	70	47,0
Fossa séptica	52	34,9
Vala	24	16,1
Não sabia ou não respondeu	3	2,0
Total	149	100,0

Fonte: Autores (2019)

Tabela 21 – Número de banheiros dos domicílios na Comunidade Vida Nova, Porto Alegre, 2019.

Número de banheiros	N	%
Zero	6	4,0
Um	131	87,9
Dois	12	8,1
Total	149	100,0

Fonte: Autores (2019)

²⁶ Heller, L. Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. *Ciência e Saúde Coletiva*. Volume 3, número 2. 1998.

²⁷ Azeredo, C. M.; Cotta, R. M. M.; Schott, M.; Maia, T. M.; Marques, E. S. Avaliação das condições de habitação e saneamento: a importância da visita domiciliar no contexto do Programa de Saúde da Família. *Ciência e Saúde Coletiva*. Volume 12, número 3. 2007.

²⁸ Teixeira, J. C.; Macedo, M. E.; Pungirum, M. C. Análise da associação entre saneamento e saúde nos países da América Latina e do Caribe empregando dados secundários do banco de dados da Organização Pan-Americana de Saúde. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. Volume 8, número 4. 2005.

²⁹ Soares, S. R. A.; Bernardes, R. S.; Netto, O. M. C. Relações entre saneamento, saúde pública e meio ambiente: elementos para a formulação de um modelo de planejamento em saneamento. *Cadernos de Saúde Pública*. Volume 18, número 6. 2002.

³⁰ Andreazzi, M. A. R.; Barcellos, C.; Hacon, S. Velhos indicadores para novos problemas: a relação entre saneamento e saúde. *Revista Panamericana de Saúde Pública*. Volume 22, número 3. 2007.

³¹ Ludwig, K. M.; Freij, F.; Alvares-Filho, F.; Ribeiro-Paes, J. T. Correlação entre condições de saneamento básico e parasitoses intestinais na população de Assis, Estado de São Paulo. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*. Volume 32, número 5. 1999.

³² Nery, T. C. S. Saneamento: ação de inclusão social. *Estudos Avançados (USP)*. Volume 18, número 50. 2004.

Ainda no contexto de vidas improvisadas, com relação ao acesso à energia elétrica e à água, itens essenciais de vida no período da pós-Revolução Industrial, a Comunidade Vida Nova ainda mantém situações que podemos compreender como pré-modernas ou primitivas. Uma vez que a distribuição da luz e da água se dão de maneira irregular devido a negligência do Estado em conceder tais itens essenciais e de garantia constitucional, o imprevisto de coleta desses serviços implica em interrupções sistemáticas. Foi recorrente, ao longo de aplicação do instrumento, reclamações de moradores que, cotidianamente, sofrem com a frequência instável da rede elétrica e, como consequência, perdem fixamente seus aparelhos elétricos devido a esta situação. As geladeiras, as máquinas de lavar, os televisores e os demais aparelhos além de estarem em constante risco de sucumbir ao precário serviço de energia, se constituem ainda como dispositivos potentes para desastres mortais como incêndios, tal qual ocorrido no último outubro de 2019.

Tabela 22 – Frequência de interrupção de abastecimento de energia elétrica na Comunidade Vida Nova, Porto Alegre, 2019.

Com qual frequência há interrupção no abastecimento de energia elétrica?	N	%
Diariamente	46	30,9
Pelo menos duas vezes na semana	62	41,6
Mais que três vezes na semana	35	23,5
Nunca	4	2,7
Não sabia ou não respondeu	2	1,3
Total	149	100,0

Fonte: Autores (2019)

Tabela 23 - Frequência de interrupção de abastecimento de água na Comunidade Vida Nova, Porto Alegre, 2019.

Com qual frequência há interrupção no abastecimento de água?	N	%
Diariamente	26	17,4
Pelo menos duas vezes na semana	51	34,2
Mais que três vezes na semana	21	14,1
Nunca	31	20,8
Não sabia ou não respondeu	20	13,4

Total	149	100,0
-------	-----	-------

Fonte: Autores (2019)

4. “Vida Nova”: precariedade e violação de direitos

Agora que pudemos identificar as características da Comunidade Vida Nova, podemos tecer brevemente alguns dos marcos legais nacionais e internacionais que o Estado, nas diferentes unidades da federação, viola no contexto da referida ocupação. Elaboramos um quadro que dispõe de tratados e/ou convenções internacionais nas quais o Brasil é signatário, e legislações nacionais.

Marco/Lei	Tópico do Marco/Lei	Violação no contexto da Vida Nova
Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)	Artigo VIII - Toda pessoa tem o direito de receber dos Tribunais nacionais competentes recurso efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou pela lei.	Completa violação no acesso aos direitos fundamentais: acesso a água, esgotamento sanitário, a moradia, a assistência social e da saúde, a segurança, ao trabalho, ao lazer e a educação
	Artigo XVII - Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros	Completa violação caracterizada pela inexistência de documento comprobatório de titularidade de propriedade ou outro documento semelhante que traga segurança jurídica aos residentes e os posicionem de maneira digna na busca de trabalho
	Artigo XXII - Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.	Sujeição direta ao narcotráfico devido a ocupação não estar "no mapa" do município e localizada em território de risco, ou seja, as operações de segurança e patrulha policial são inexistentes, posicionando a população em completa situação de risco do crime organizado

	<p>Artigo XXIII - Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.</p>	<p>54,2% (n=81) estão em situação de desemprego ou trabalham por conta própria, ou seja, na Vida Nova não há escolha de emprego e sim imposição de uma realidade econômica injusta e desleal</p>
	<p>Artigo XXV - 1 - Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle; 2 - A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.</p>	<p>Com moradias precárias, a população residente na comunidade muitas vezes divide a residência com agregados familiares e não-familiares onde o adensamento domiciliar e a coabitação familiar estão intensamente presentes. Isto tem implicações diretas na estruturação familiar e no processo de crescimento das crianças e adolescentes</p>
	<p>Artigo XXVI - Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.</p>	<p>67,1% (n=100) dos respondentes do instrumento de pesquisa na comunidade possuíam apenas o ensino fundamental completo ou incompleto e não tinham qualquer instrução impondo restrições consideráveis de acesso ao mundo do trabalho</p>

Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986)	Artigo 1 - 1 - O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, a ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados.	Todos os preceitos existentes são violados no contexto da Vida Nova, uma vez que o não acesso a titularidade da propriedade e dos serviços essenciais de vida na modernidade são negados pelo Estado no nível municipal, estadual e federal.
	Artigo 3 - 1 - Os Estados têm a responsabilidade primária pela criação das condições nacionais e internacionais favoráveis à realização do direito ao desenvolvimento.	
	Artigo 6 - 2 - Todos os direitos humanos e liberdades fundamentais são indivisíveis e interdependentes; atenção igual e consideração urgente devem ser dadas à implementação, promoção e proteção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais; 3 - Os Estados devem tomar providências para eliminar os obstáculos ao desenvolvimento resultantes da falha na observância dos direitos civis e políticos, assim como dos direitos econômicos, sociais e culturais.	

Artigo 8 - 1 - Os Estados devem tomar, a nível nacional, todas as medidas necessárias para a realização do direito ao desenvolvimento e devem assegurar, inter alia, igualdade de oportunidade para todos em seu acesso aos recursos básicos, educação, serviços de saúde, alimentação, habitação, emprego e distribuição eqüitativa da renda. Medidas efetivas devem ser tomadas para assegurar que as mulheres tenham um papel ativo no processo de desenvolvimento. Reformas econômicas e sociais apropriadas devem ser efetuadas com vistas à erradicação de todas as injustiças sociais.

<p>Convenção Internacional sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (1965)</p>	<p>Artigo 5 - De acordo com as obrigações fundamentais enunciadas no Artigo 2.º da presente Convenção, os Estados Partes obrigam-se a proibir e a eliminar a discriminação racial, sob todas as suas formas, e a garantir o direito de cada um à igualdade perante a lei sem distinção de raça, de cor ou de origem nacional ou étnica, nomeadamente no gozo dos seguintes direitos: i) Direitos ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho, à protecção contra o desemprego, a salário igual para trabalho igual e a uma remuneração equitativa e satisfatória; (...) iii) Direito ao alojamento; iv) Direito à saúde, aos cuidados médicos, à segurança social e aos serviços sociais; v) Direito à educação e à formação profissional;</p>	<p>A população residente é de maioria negra com 52,3% (n=78), indicando disparidade nas médias do município de Porto Alegre (20%) e no bairro Restinga (41,5%) e materializa de maneira irrefutável o racismo estrutural e o claro viés racial de exclusão no município de Porto Alegre</p>
---	--	---

Constituição Federal do Brasil	Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)	Todos os direitos do Artigo 6 da Constituição Federal são violados no contexto da Comunidade Vida Nova
	Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.	Não há política de desenvolvimento urbano que inclua a Comunidade Vida Nova uma vez que os instrumentos de planejamento e gestão da cidade, a exemplo do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, não incluem a referida comunidade e tampouco é retroalimentado em tempo compatível com a dinâmica de ocupação do solo da cidade.

<p>Estatuto da Cidade</p>	<p>Art. 2o A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social; VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência; XVI – isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.</p>	<p>Não há cumprimento dos preceitos da Política Urbana uma vez que a comunidade não possui titularidade da terra e encontra-se em situação de extrema vulnerabilidade social e econômica. A instalação de um empreendimento habitacional do programa de apoio a moradias do governo federal em área limdeira a Comunidade Vida Nova, dotado de infraestrutura urbana, forja uma paisagem dicotômica, do tudo/nada.</p>
---------------------------	---	--

5. Recomendações técnicas para redução das vulnerabilidades e das violações de direitos na Comunidade Vida Nova

A partir do minucioso laudo técnico elaborado ao longo de 2019 e, cientes das violações dos direitos presentes no contexto da Comunidade Vida Nova, algumas recomendações técnicas pertinentes e de urgente implementação são essenciais para interromper a continuidade das violações e conceder aos residentes da referida comunidade a possibilidade de acesso às benesses do Estado Democrático de Direito e, logo, à cidadania:

- 1. Concessão de titularidade da terra:** a segurança jurídica do local de moradia da população residente na Comunidade Vida Nova através do título é primordial para trazer um bem-estar social e promover a cidadania que, por consequência, deverá fomentar um sentimento de pertencer e reduzir os efeitos do estigma e preconceito de residir em uma ocupação;
- 2. Instalação de infraestrutura:** a atual situação observada na Comunidade Vida Nova, além de representar um risco à saúde pública, pretere os(as) residentes de acesso ao mundo do trabalho e as benesses oriundas. Neste sentido, a instalação da rede de energia elétrica, de água, de esgotamento sanitário, de escoamento de águas pluviais e outras medidas ambientais mitigadoras, além de reduzir as injustiças ambientais³³, são primordiais para a garantia de segurança aos residentes que, conseqüentemente, deverá aprimorar a autoestima individual e coletiva e o sentimento de pertencer;
- 3. Inclusão em programas sociais:** inúmeras famílias na Comunidade Vida Nova, embora de perfis aplicáveis para programas sociais, não possuíam acesso

³³ Herculano, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. InterfacEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. Volume 3, número 1. 2008.

devido a situação de vulnerabilidade extrema. É essencial o acesso aos serviços da Assistência Social para reduzir a condição de inequidade posta e as informações sobre procedimentos de adesão a programas de apoio social dos governos;

4. Ampliar e fortalecer a Atenção Primária em Saúde (APS) no contexto do Sistema Único de Saúde: a descontinuidade das visitas das equipes e agentes de saúde da Clínica da Família (unidade de saúde de referência no território) piorou as condições de saúde e de vida da população, conforme relatos de residentes durante a aplicação do instrumento. É essencial retomar, ampliar e fortalecer a APS, em especial na oferta de serviços psicológicos e psiquiátricos à comunidade e de informações em saúde sobre sexualidade, reprodução e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST);

5. Realizar vacinação e tratamento de animais: a presença de inúmeros animais domésticos e não-domésticos, muitos não vacinados, contornam um ambiente propício para eventos de saúde pública. Encoraja-se a realização de mutirões de vacinação para reduzir as chances de proliferação de agravos e doenças;

6. Promover apoio técnico em engenharia, arquitetura e urbanismo: as precárias condições de ocupação identificadas nos materiais utilizados, na organização dos domicílios, sobretudo no escoadouro sanitário, além da coabitação familiar e o alto adensamento habitacional devem ser superadas com apoio técnico em serviço especializado de engenharias, arquitetura e urbanismo no intuito de reduzir a insegurança reinante na comunidade;

7. Criar programas específicos para jovens: a Comunidade Vida Nova é composta majoritariamente por jovens de até 30 anos e com baixa escolaridade, sobretudo mulheres. É de suma importância a criação imediata de programas de educação profissional para a melhoria na qualidade e perspectiva de vida e de inclusão;

8. Definição do projeto urbanístico: a gleba de terra originária já sofreu desmembramento em lotes, com matrícula em cartório, incluindo áreas com destinação pública (vias e parques). Entretanto, a ocupação não seguiu o loteamento pré-existente nem a delimitação de áreas de preservação

permanente (APP). É preciso definir se os moradores devem ser realocados internamente ou se deve-se refazer o projeto urbanístico (incluindo alteração da malha viária) e o registro cartorial (incluindo remembramento e novo desmembramento).

6. Inquérito fotográfico

6.1 Fachadas



6.2 Entorno



UFRGS

UFRGS - Departamento de Saúde Coletiva
Rua São Manoel, 963 Bairro Rio Branco, Porto Alegre
Rio Grande do Sul - Brasil CEP 90620 110
Telefone: + 55 51 3308 5226
ufrgs.br

IFRS

IFRS - *Campus Restinga* (Porto Alegre)
Rua Alberto Hoffmann, 285 Bairro Restinga, Porto Alegre
Rio Grande do Sul - Brasil CEP 91791 508
Telefone: +55 51 3247 8400
restinga.ifrs.edu.br

SAD.ECO.BR

